

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
PRAÇA JOÃO MENDES, S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CREDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 99, § 1º, DA LEI 11.101/2005, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, § 1º, DA LEI 11.101/2005, PARA APRESENTAÇÃO DE HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA **FALÊNCIA DE CONFECÇÕES BEIRUT LTDA, PROCESSO Nº 1011615-58.2023.8.26.0100**. A Dra. Clarissa Somesom Tauk, MM. Juíza de Direito da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou puderem se interessar, em especial aos credores, que em 29 de julho de 2023 foi decretada a falência da empresa Confecções Beirut LTDA, CNPJ nº62.369.061|0001-88 com endereço à Rua Casemiro de Abreu, 275, Bairro Brás, Município de São Paulo, cuja sentença de fls. 327/332, destes autos é do seguinte teor: Trata-se de pedido de falência ajuizado por Tecelagem Jolitex LTDA em face de Confecções Beirut LTDA, com fulcro no Art. 94, I, da Lei 11.101|2005. Aduz a Requerente que é credora no valor de R\$ 669.888,33 (seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos), consubstanciado em duplicatas relacionadas na exordial, derivadas de fornecimento de mercadorias à Ré. Fls. 54|59: Ficha JUCESP da Requerente. Fls. 60|62: Ficha JUCESP da Requerida. Fls. 63|321: Títulos e seus respectivos protestos realizados pela Ré. À fl. 322, decisão deste Juízo determinou a citação da Ré por AR. Após devolução de Carta com Aviso de Recebimento (fl. 325), o réu não se manifestou, conforme certidão de fl. 326. Ciente. Decido. Regularmente citada, a ré não apresentou contestação, devendo ser aplicados os efeitos da revelia. A Lei nº 11.101/05 estabelece no seu artigo 94, inciso I, que é causa de decretação de falência de devedor que sem relevante razão de direito não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em títulos executivos protestados cuja soma ultrapassar o equivalente a 40 salários-mínimos na data do pedido. Cumpre lembrar que não é preciso prova de exaurimento das tentativas de satisfação de crédito pelas vias próprias. Nesse sentido, a Súmula 42 do Tribunal de Justiça de São Paulo: A possibilidade de execução singular do título executivo não impede a opção do credor pelo pedido de falência. Ademais, é desnecessária a demonstração do estado de insolvência para que seja possível requerer a falência. A Súmula 43 do TJSP estabelece que: No pedido de falência fundado no inadimplemento de obrigação líquida materializada em título, basta a prova da impontualidade, feita mediante o protesto, não sendo exigível a demonstração da insolvência do devedor. No caso dos autos, as duplicatas sacadas contra a ré estão acompanhadas dos documentos comprobatórios da entrega e do recebimento das mercadorias, além de terem sido protestadas por falta de pagamento. Nos termos da Súmula 41 do TJSP, o protesto comum dispensa o especial para o requerimento de falência, estando, portanto, suficientemente comprovada a impontualidade. Vale acrescentar que a devedora não demonstrou relevante razão de direito para a falta de pagamento, eis que revel. Destarte, decreto a falência de Confecções Beirut LTDA, CNPJ nº 62.369.061|0001-88 com endereço à Rua Casemiro de Abreu, 275, Bairro Brás, Município de São Paulo, cujos administradores são Antoun Merched Maklouf e Marco Makhlof, cujos dados se encontram nas fls. 61|63, referente à ficha cadastral da Jucesp, fixando o termo legal em 90 dias contados do requerimento inicial ou do protesto mais antigo, prevalecendo a data mais antiga. Determino também: 1) Nos termos da fundamentação contida na Ap. 0003007-90.2009 (Apelação. Falência. Impontualidade. Empresa devedora desativada. Credor que, intimado, afirma não

aceitar o exercício do cargo de administrador judicial, nem concordar com a prestação de caução para remuneração de profissional liberal a ser nomeado para aquele cargo. Inexistência de previsão de administrador judicial dativo. A figura do administrador judicial é pressuposto da existência do processo de falência, que não pode prescindir de sua atuação. Inteligência do art. 99, IX, da Lei nº 11.101/2005. Aplicação subsidiária do art. 19 do CPC. Extinção do processo de falência, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, VI, do CPC. Apelo não provido), bem como da necessidade de nomeação de administrador judicial que seja idôneo, com atuação profissional e capacidade técnica, e que não pode trabalhar em prol de todos os credores sem remuneração, fixo o valor de R\$ 5.000,00, a título de caução, a ser recolhida pela requerente da falência, para os honorários do administrador judicial, que deverá ser depositada no prazo de 5 dias, pena de encerramento da falência por ausência de pressuposto processual de existência e de validade. 2) Nomeio como Administrador(a) Judicial Daniela Tapxure Severino, para fins do art. 22, III, que deverá ser intimado(a) somente após o depósito da caução acima fixada. Com o depósito, o(a) Administrador(a) Judicial nomeado(a) deverá, assinar o Termo de Compromisso e junta-lo aos autos em 48 horas (informando, na mesma ocasião, o endereço eletrônico a ser utilizado no caso) e promover pessoalmente, com sua equipe, a arrecadação de bens, documentos e livros, bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, sem necessidade de mandado, bem como autorizado o acompanhamento da diligência pelos órgãos competentes para o uso de força em caso de resistência, servindo cópia dessa sentença, assinada digitalmente, como ofício. O Administrador Judicial deverá apresentar em até 60 dias contados da assinatura de seu termo de compromisso Plano de Realização do Ativo, nos termos do art. 99, §3º da Lei de Falências. 3) O prazo de 15 dias para apresentação das habilitações de crédito, a contar da publicação do edital de convocação dos credores, em que constem as seguintes advertências: a) Prazo de 15 dias as habilitações ou divergências deverão ser apresentadas diretamente ao(à) Administrador(a) Judicial, no seu endereço abaixo mencionado, ou por meio do endereço eletrônico a ser informado no compromisso a ser prestado, e de que as habilitações apresentadas nos autos digitais não serão consideradas; b) Na ocasião da apresentação das habilitações e divergências, os credores deverão indicar dados completos de conta bancária (nome do titular da conta, número do CPF/CNPJ do titular da conta, número da agência e da conta bancária) para que, conforme previsão do artigo 1.113, §§ 3º, 4º e 5º das NSCGJ/TJSP (PROVIMENTOS nº 50/1989 e 30/2013), possam receber eventuais valores através da prévia expedição de ofício ao banco; c) Ficam dispensados de habilitação os créditos que constarem corretamente do rol eventualmente apresentado pelo falido. 4) Suspensão de ações e execuções contra a falida, com as ressalvas legais. 5) Proibição de atos de disposição ou oneração de bens da falida, com expedição das comunicações de praxe. 6) Intimação do Ministério Público. 7) Intimação do representante da falida para prestar declarações e apresentar relação de credores, diretamente ao(à) Administrador(a) Judicial, em dia, hora e local indicado por este último, em prazo não superior a 15 dias da data desta decisão, sob pena de desobediência, publicando-se, em seguida, o edital para habilitações/impugnações, nos termos do art. 99, parágrafo único, da Lei 11.101/05. 8) Oficie-se: a) ao Bacen, através do sistema Bacenjud, para determinação do bloqueio de ativos financeiros em nome da falida; b) à Receita Federal, pelo sistema Infojud, para que forneça cópias das 3 últimas declarações de bens da falida; c) ao Detran, através do sistema Renajud, determinando-se o bloqueio (transferência e circulação) de veículos existentes em nome da falida; d) à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, para pesquisa e bloqueio de imóveis em nome da falida. 9) Poderá o(a) Administrador(a) Judicial adotar todas as providências para a preservação dos interesses da massa e eficiente administração de seus bens, colhendo informações diretamente junto a credores, falido, órgãos públicos, pessoas jurídicas de direito privado, sem necessidade de prévia autorização judicial, servindo esta sentença de ofício. 10) Providencie a z.serventia a intimação eletrônica das Fazendas Públicas

Federal, do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo a respeito da existência desta falência, para conhecimento, sem prejuízo de o Administrador Judicial providenciar a comunicação a essas Fazendas a respeito da existência desta falência, informando-lhe nome(s) da(s) falida(s), número do processo e data da sentença de decretação da quebra, bem como seus dados (AJ) e endereço de e-mail. O Administrador Judicial deverá, ainda, informar a este juízo em 10 dias as Fazendas Públicas de outros Estados e/ou Municípios em que o falido possua estabelecimento, ou outras entidades da administração pública indireta. Com essa informação, a z.serventia deverá providenciar a intimação eletrônica das Fazendas Públicas por ventura informadas pelo Administrador Judicial, por email, observado o quanto disposto no art.99, §3º, da Lei de Falências. Efetivada a intimação da Fazenda credora e a publicação do edital determinado no art. 99 da Lei de Falências, a z.serventia deverá instaurar incidente específico de classificação de seu crédito. Com a instauração do incidente, deverá certificar o termo desta decisão e proceder à nova intimação eletrônica da referida Fazenda, no mencionado incidente, para que em 30 dias apresente diretamente ao Administrador Judicial ou ao juízo a relação completa de seus créditos inscritos na dívida ativa, acompanhado de cálculos, classificação e informações sobre a situação atual. Para fins do cumprimento desta decisão, considera-se Fazenda Pública credora aquelas mencionadas no parágrafo acima e, também, aquela que conste na relação do edital previsto no art. 99, §1º da Lei de Falências ou que, após a intimação prevista no inciso XIII do mesmo dispositivo, alegue nos autos em 15 dias que possui créditos contra o falido 11) o Administrador Judicial nomeado deverá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do termo de sua nomeação, apresentar, para apreciação deste juízo, plano detalhado de realização de ativos, inclusive com estimativa de tempo, que não será superior a 180 dias da juntada de cada auto de arrecadação, na formado artigo 22, III da Lei nº 11.101/05; 12) Servirá cópia desta sentença, assinada digitalmente, de OFÍCIO aos órgãos elencados abaixo, bem como de CARTA DE CIENTIFICAÇÃO às Fazendas, devendo tais órgãos encaminhar as respectivas respostas, se o caso, para o endereço do administrador judicial nomeado. O(a) Administrador(a) Judicial deverá encaminhar cópia desta decisão aos órgãos competentes, devendo comprovar o protocolo nestes autos digitais, em 10 dias. BANCO CENTRAL DO BRASIL BACEN - Av. Paulista, 1804, CEP 01310-200, São Paulo/SP: Proceder e repassar às instituições financeiras competentes, o bloqueio das contas correntes ou outro tipo de aplicação financeira de titularidade da falida, bem como seja expedido ofício informando o cumprimento da presente ordem diretamente ao Administrador Judicial nomeado nos autos da falência. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: Rua Barra Funda, 930 - 3º andar Barra Funda - CEP: 01152-000 - São Paulo/SP: Encaminhar a relação de livros da falida levada a registro nesse órgão, e informes completos sobre as alterações contratuais havidas em nome da mesma. Deverá, ainda, contar a expressão falido nos registros desse órgão, a data da decretação da falência e a inabilitação para atividade empresarial; SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL:: Deverá proceder à anotação da falência no registro do devedor para que contes a expressão falido nos registros desse órgão, a data da decretação da falência e a inabilitação para atividade empresarial; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Rua Mergenthaler, 500, Vila Leopoldina Gerência GECAR, CEP: 05311-030 São Paulo/SP: Encaminhar as correspondências em nome da falida para o endereço do administrador judicial nomeado; CENTRO DE INFORMAÇÕES FISCAIS -DI Diretoria de informações - Av. Rangel Pestana, 300, CEP: 01017-000 São Paulo/SP: Deverá encaminhar a DECA referente à falida, para o endereço do administrador judicial nomeado; SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS DA FAZENDA PÚBLICA - Ofício das Execuções Fiscais Estaduais - Rua Vergueiro, 857, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: informar sobre a existência de bens e direitos em nome da falida; BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - Rua XV de Novembro nº 275, 7º andar, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Informar a existência nos seus arquivos, sobre bens e direitos em nome da falida; BANCO BRADESCO S/A. - Cidade de

Deus, s/nº Vila Iara - CEP: 06023-010 Osasco/SP: Informar acerca da posição de ações do sistema TELEBRÁS (Telesp e cindidas) em nome da falida e, se houver dividendos, sejam estes depositados em nome da massa falida, no Banco do Brasil S/A., Agência 5905-6 S. Público São Paulo, à ordem deste Juízo; DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIÁRIAS - Rua Pedro Américo, 32, CEP: 01045-000 São Paulo/SP: Informar sobre e a existência de bens e direitos em nome da falida; CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS PARA PROTESTO - Rua XV de Novembro, 175 Centro - CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Remeter as certidões de protestos lavrados em nome da falida, para o endereço do administrador judicial nomeado, independente do pagamento de eventuais custas; PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - UNIÃO FEDERAL - Alameda Santos, 647 - 01419-001 - São Paulo/SP: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Av. Rangel Pestana, 300, 15º andar - Sé - 01017-000 - São Paulo - SP: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PROCURADORIA FISCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Rua Maria Paula, 136 Centro - 01319-000 - São Paulo/SP: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida. FAZ SABER AINDA QUE a sociedade falida apresentou o rol de credores na pessoa de seu sócio através de e-mail direto à esta administradora, no qual constam relacionados os seguintes credores: **CRÉDITOS TRABALHISTAS:** VALDILANE DA SILVA MACIEL, R\$ 82.000,00; FABIANA RODRIGUES DE CARVALHO, R\$ 69.068,59; ADENÍCIO MARQUES ROLIM, R\$ 46.476,91; ELIZABETH ALMEIDA PACINI, R\$ 75.303,72; SIMONE MAKHLOUF DOELL, R\$ 24.692,11 **TOTAL DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS:** R\$ 325.881,43. **CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS:** FAZENDA NACIONAL (UNIÃO), R\$ 2.567.347,59; SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, R\$ 997.747,97; **TOTAL DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS:** R\$ 3.565.095,56; **CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS:** TECELAGEM JOLITEX LTDA., R\$ 669.888,33; CAPRICÓRNIO TEXTIL S.A, R\$ 1.714.898,99; SANTISTA TÊXTIL LTDA., R\$ 281.458,2; MARGARIDA NEIDE DA SILVA, R\$ 42.693,00; SULAMERICA CIA DE SEGURO SAUDE, R\$ 10.542,94; ITAÚ UNIBANCO S.A., R\$ 207.874,51. **TOTAL DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS:** R\$ 2.927.355,98; **TOTAL GERAL:** R\$ 6.818.332,97. FAZ SABER TAMBÉM, que foi marcado o prazo de 15 dias para que os credores apresentem suas habilitações de crédito ou impugnações quanto aos créditos relacionados acima, nos termos do art. 99, § 1º, da Lei 11.101/2005, que deverão ser digitalizadas e encaminhadas DIRETAMENTE à Administradora Judicial, SOMENTE através do e-mail daniela@tssadv.com.br, observando-se as seguintes advertências: As habilitações apresentadas nos autos digitais na fase administrativa não serão consideradas; Ficam dispensados de habilitação os créditos que constarem corretamente do rol apresentado pelas falidas. FAZ SABER, AINDA que foi nomeada como Administradora Judicial DANIELA TAPXURE SEVERINO, OAB/SP 187.371, com endereço na Av. Angélica, nº 1761, cjs. 31/32, Consolação, São Paulo/SP, CEP 01227-200, telefones (11) 3107-9734 e (11) 5555-6764, e-mail daniela@tssadv.com.br, para o qual os credores poderão solicitar informações e documentos. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo 27 de novembro de 2023.